



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CCJ**  
**(ao PLP 68/2024)**

O § 10 do art. 86 do PLP nº 68, de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação, e acrescente-se o seguinte § 11 ao referido artigo:

“Art. 86.....

.....

§ 10. O regulamento **estabelecerá**: (NR)

I - hipóteses em que os bens possam ser remetidos para locais diferentes daqueles previstos no § 3º, sem que reste descaracterizado o fim específico de exportação; e

II - requisitos e condições para a realização de operações de transbordo, baldeação, descarregamento ou armazenamento no curso da remessa a que se refere o § 3º.

**III - (Suprima-se)**

**§ 11. O regulamento poderá estabelecer prazo estendido para aplicação do disposto no inciso I do § 5º, em razão do tipo de bem.”**

## JUSTIFICAÇÃO

A proposta objetiva trazer maior clareza ao texto e segurança jurídica para as empresas e aos órgãos de governo, ao prever que o regulamento estabelecerá as hipóteses, requisitos e condições em que os bens possam ser remetidos ou transportados, permitindo que a comercial exportadora possa realizar a consolidação de carga, o transporte intermodal e o depósito da



mercadoria em armazém não alfandegado, além de poder adotar um prazo maior do que 90 dias, no caso de a mercadoria ficar depositada em armazém antes de ser exportada.

Pela redação atual do artigo, os órgãos fazendários nas esferas federal e estadual teriam a faculdade de estabelecer as hipóteses, requisitos e condições no regulamento, não a obrigação de fazer, como proposto na nova redação. E a não regulamentação da matéria traria prejuízos sobretudo às pequenas e médias empresas, que dependem de uma *trading* para realizar o fornecimento com fim específico de exportação, a chamada exportação indireta.

Não regulamentar a matéria significa dizer que numa operação da espécie a *trading* não poderá consolidar a carga com outras fabricantes, para atender a um mesmo pedido no exterior, obrigando a *trading* a realizar vários trajetos de cada fábrica para o porto, o que onera e inviabiliza a operação. Além disso, permaneceria a restrição de utilizar apenas uma via de transporte: da fábrica direto para o Porto.

Dessa forma, são ignoradas as dimensões continentais do nosso país que, muitas vezes, requer a utilização de modais logísticos diversos (rodoviário, aquaviário e ferroviário) para fazer com que as mercadorias sejam escoadas dos produtores para os portos.

Pelo exposto, demonstrando o compromisso do Congresso Nacional com as pequenas e médias empresas, conto com a compreensão e o apoio do relator e dos ilustres Pares para sua aprovação.



Sala da comissão, 11 de novembro de 2024.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5491826686>